

**Chamada das merendeiras**

O departamento jurídico do Sindicato, gerou uma lista. A justiça obrigou a prefeitura a chamar as 400 merendeiras que passaram no concurso, além de fiscalizar a chamada e garantir que estas compareçam que tinham sido selecionadas. A luta continua por mais concursos.



**1º de maio**

O Sepe esteve presente na atividade do 1º de Maio que reuniu os setores que não se renderam à lógica dos Governos, seja Federal, Estadual e Municipal. Nela houve o debate de funcionários e foi presente.



**Ato de Brasília**

O Sepe também se fez presente na marcha de Brasília, chamada pelo Fórum de Unidade de Apoio, do qual o Sepe faz parte. Vários funcionários se engajaram nesta luta. Nela de 20m a 30m a 40m (se) se uniram contra a perda de direitos, diversos categorias como Educação, Saúde, Balcões, Metalúrgicos, Sem teto, Sem terra, Movimento de mulheres, Quilombolas e indígenas entre outros.



**II Encontro de Funcionários do Petrópolis**

Mais de mil e trezentos alguns encontros municipais de funcionários. Petrópolis foi um deles. Tiveram mais de 80 participantes, um dia de debates de uma quantidade. O dia começou com o debate de Conjuntos, que contou com a participação do Comandante Danilo e a Companhia Vera, dentro do Sepe Centro.



**Expediente:**

Fala Funcionário é uma publicação da Secretaria de Funcionários do SEPE/RJ do Coletivo de Funcionários, com sede na Rua Evaristo da Veiga, nº 55, 7º e 8º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-040 - Tel: 2195-0450 (www.seperj.org.br); tiragem: 10 mil exemplares. Realização: Comissão de Imprensa da Secretaria de Funcionários/SEPE-RJ.

**Ações do Departamento Jurídico**

|                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Rede estadual:</b>                                                                                                                                                                                                                                           | <b>Rede municipal RJ:</b>                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Geral</li> <li>Greve 2011: ação do sindicato para impedir o corte do ponto dos servidores públicos que aderiram à greve de 2011 e impedir outras retaliações da Seeduc.</li> <li>Funcionários administrativos</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Assistência jurídica</li> <li>Ato 1608: pede o afastamento dos servidores que prestam serviços através de contratos com ONGs, pede a concessão dos benefícios aprovados em ordem prioritária. Foi aceita a medida a ser.</li> <li>Intervenção</li> </ul> |

Ação de regulamentação dos direitos de função - pede a inclusão a regulamentação imediata do concurso.

**Outros informes:**

1- Funcionários têm direito a desmercado. Com respeito aos funcionários administrativos o governo federal ou estadual não concede a gratificação de férias, nem a gratificação de férias, quando conquistada a implantação do Plano de Carreira e de Aumento, até hoje a SEPE/RJ não conseguiu a implantação por falta de vontade política.

2- Aumento salarial para não servidores: Os servidores públicos, até hoje, não tiveram a sua situação funcional regularizada. Por isso que não o Ministério Público Estadual entrou com uma ação para extinção do cargo no Juízo. Hoje, este segmento da categoria aguarda o julgamento do recurso impetrado pelo Departamento Jurídico do Sepe contra a ação do MP, mas o Tribunal de Justiça vem adiando sucessivamente o julgamento do caso.

**Jornal de Funcionários**

26 anos de unificação

**Funcionários (as) Administrativos (as) em luta contra a extinção dos cargos nas escolas públicas**

Segundo a lógica da mercantilização da educação pública no Estado, tanto o governador Collor, quanto o prefeito Faria, separam o pessoal de funcionalismo dos funcionários (as) administrativos (as) nas escolas públicas.

Recentemente o SEPE teve uma batalha incansável para lutar a remoção externa dos funcionários (as), feita pelo governo do estado durante as férias de janeiro. Graças à intensa mobilização dos funcionários (as) estaduais (as), o SEPE conseguiu reverter alguns casos. Vindo a primeira etapa, o governador enviou o PL 205 que trata da extinção dos cargos de vagas, merendeiras, servidores e professores.

Na rede municipal do Rio, a falta desses funcionários (as) é gritante. São apenas duas merendeiras fazendo o trabalho que deveria ser feito por seis.

Ta sobrecarga de trabalho atua diretamente no processo de adoecimento desses (as) profissionais, comprometendo também a qualidade do processo de aprendizagem nas escolas. Importante destacarmos que a maioria das crianças que estudam nas escolas públicas não tem de uma alimentação saudável, uma vez que para muitos dias, essa função compete à a União do dia. Nas escolas que têm servidores concursados, a Comarj não pode cobrar os funcionários. Como o professor foi concursado, os pontos concursados que existem que fazer a empresa de todos os anos e muitos das vezes sendo ajudados na cozinha. O agente educador, mesmo assim, ficamos por fora por todos os alunos das escolas.

Servidores e merendeiras concursados (as) foram substituídos pela Comarj (empresa de limpeza), sem os funcionários controlados da NURJA.

Os auxílios de creche que foram aprovados no concurso público foram chamados para serem os controlados (controlar) e os auxílios de creche foram substituídos por porteiros controlados. A cada dia a precarização avança, desnaturalizando a escola pública.

O SEPERJ está lançando uma campanha contra a extinção dos funcionários administrativos CONCURSADOS, tendo como principal slogan a chamada dos concursados e a realização de novo concurso público. JÁ!

**Volta esse canal: Escola Pública sem funcionários e com crianças, PARA!**

**Não podemos esquecer**

A greve de rede estadual em 2011 teve uma conquista histórica: o descomando do Plano de Carreira dos funcionários, resultando a gratificação de 1% entre os níveis e o nível mais elevado ao qual o mesmo (quando com o volume dos compromissos para se chegar a esse nível). No dia seguinte foi aprovado a mudança da nomenclatura "Personal de Apoio" para "Assessor Administrativo Educacional" - um reconhecimento político de que estes profissionais são tão educadores quanto os professores. No entanto, o governador vetou o equiparamento por formação em mais uma vitória precarizadora e autoritária. Este veto ainda será aprovado pelo Ato. Resumimos não nos esquecer para que os deputados deram o voto do governador e cumpram com a palavra dada no momento da greve em 2011.





## Expediente:

Fala Funcionário; é uma publicação da Secretaria de Funcionários do SEPE/RJ e do Coletivo de Funcionários, com sede na Rua Evaristo da Veiga, no 55, 7º e 8º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-040 - Tel: 2195-0450 (www.seperj.org.br); tiragem: 10 mil exemplares. Realização: Comissão de Imprensa da Secretaria de Funcionário/ SEPE-RJ

## Ações do Departamento Jurídico

### Rede estadual:

- Geral

Greve 2011: ação do sindicato para impedir o corte do ponto dos servidores públicos que aderiram à greve de 2011 e impedir outras retaliações da Seeduc.

- Funcionários administrativos:

ação de regularização dos desviados de função - pede também a realização imediata de concurso.

## **Rede municipal Rio:**

- Auxiliares de creche: Ação (2010) pede o afastamento dos recriadores que prestam serviços através de contratos com ONGs; pede a convocação dos candidatos aprovados em ordem prioritária. Foi aceita a medida liminar.

- Merendeiras:

Ação para que fosse realizada a convocação das merendeiras aprovadas no concurso de 2008. Foi aceita a medida liminar e aguarda-se o cumprimento da decisão.

## **Outros Informes**

1– Funcionários também são discriminados: Com respeito aos funcionários administrativos o governo foca os seus ataques na não concessão da gratificação de difícil acesso e, apesar da nossa luta e vitória da greve, quando conquistamos a implantação do Plano de Carreira deste segmento, até hoje a SEEDUC não colocou em prática o enquadramento por formação previsto na Lei;

2– Animadores lutam para não serem demitidos: Os animadores culturais, até hoje, não tiveram a sua situação funcional regularizada. Pior do que isto, o Ministério Público Estadual entrou com uma ação para extinção do cargo na Justiça. Hoje, este segmento da categoria aguarda o julgamento do recurso impetrado pelo Departamento Jurídico do Sepe contra a ação do MPE, mas o Tribunal de Justiça vem adiando sucessivamente o julgamento da questão.

## **Chamada das merendeiras**

O departamento jurídico do Sindicato, ganhou mais uma. A justiça obrigou a prefeitura a chamar as 400 merendeiras que passaram no concurso, temos que fiscalizar a chamada e garantir que estas companheiras que tanto lutaram sejam chamadas. A Luta continua por mais concursos

## **Ato de Brasília**

O Sepe também se fez presente na marcha de Brasília, Chamada pelo Fórum de Unidade de Ação, do qual o Sepe faz parte. Vários funcionários se engajaram nesta luta. Mais de 20mil lutadores(as) se uniram contra a tirada de direitos, diversas categorias como Educação, Saúde, Bancários, Metalúrgicos, Sem teto , Sem terra, Movimento de mulheres , Quilombolas e indígenas entre outros .

## **II Encontro de Funcionários de Petrópolis**

Mês de maio tivemos alguns encontros municipais de funcionários. Petrópolis foi um deles, tivemos mais de 80 participantes, um dia de debates de ótima qualidade. O dia começou com o debate de Conjuntura, que contou com a participação do Companheiro

Danilo e a Companheira Wiria, diretores do Sepe Central.

1o de maio

O Sepe esteve presente na atividade do 1 de Maio que reuniu os setores que não se renderam a logica dos Governos, seja Federal, Estadual e Municipal. Mais uma vez o coletivo de funcionários se fez presente.

O SEPE/RJ está lançando uma campanha contra a extinção dos funcionários administrativos CONCURSADOS, tendo como principais eixos a chamado dos concursados e a realização de novo concurso público, Já!

### **Não podemos esquecer**

A greve da rede estadual em 2011 teve uma conquista histórica: o descongelamento do Plano de Carreira dos funcionários, ressaltando a garantia dos 9% entre os níveis e o nível inicial equivalente ao salário mínimo (acabando com o vexame dos complementos para se chegar a esse valor). No decreto também foi aprovada a mudança da nomenclatura “Pessoal de Apoio” para “Pessoal Administrativo Educacional” – um reconhecimento político de que estes profissionais são tão educadores quanto os professores. No entanto, o governador vetou o enquadramento por formação, em mais uma atitude preconceituosa e autoritária. Este veto ainda será apreciado pela Alerj. Precisamos nos mobilizar para que os deputados derrubem o veto do governador e cumpram com a palavra dada no encerramento da greve, em 2011.

### **Funcionários (as) Administrativos (a)s em luta contra a extinção dos cargos nas escolas públicas**

Seguindo a lógica da mercantilização da educação pública no Estado, tanto o governador Cabral, quanto o prefeito Paes, aceleram o processo de terceirização dos funcionários (as) administrativos (as) nas escolas públicas.

Recentemente o SEPE travou uma batalha incansável para barrar a remoção arbitrária dos funcionários (as), feita pelo governo do estado, durante as férias de janeiro. Graças à intensa mobilização dos funcionários (as) estatutários (as), o SEPE conseguiu reverter alguns casos. Vencida a primeira etapa, o governador enviou o PL 2055 que trata da extinção dos cargos de vigia, merendeiras, serventes e porteiros.

Na rede municipal do Rio, a falta desses funcionários (as) é gritante. São apenas duas merendeiras fazendo o trabalho que deveria ser feito por seis.

**Vista essa camisa: Escola Pública sem funcionários concursados,**

## **PÁRA!**

Tal sobrecarga de trabalho atua diretamente no processo de adoecimento desses (as) profissionais, comprometendo também a qualidade do processo de alimentação nas escolas. Importante destacarmos que a maioria das crianças que estudam nas escolas públicas necessita de uma alimentação saudável, uma vez que para muitas delas, essa refeição completa é a única do dia. Nas escolas que têm serventes concursados, a Comlurb não pode colocar os terceirizados. Como o prefeito não faz concursos, os poucos concursados que existem têm que fazer a limpeza de toda a escola e muitas das vezes ainda ajudam na cozinha. O agente educador, mesmo sozinho, fica responsável por todos os alunos da escola.

Serventes e merendeiras concursados (as) foram substituídos pela Comlurb (empresa de limpeza), além da firma também contratada MARZA.

Os auxiliares de creche que foram aprovados no concurso público foram chamados para assinarem contratos (celetistas) e os agentes de portaria foram substituídos por porteiros contratados. A cada dia a precarização avança, descaracterizando a escola pública.



questões a eles impostas. Diante disso, este sindicato defende para os AAC's, Plano de Carreira Unificado e enquadramento imediato por formação!

## Plenária de Terceirizados

No dia 27 de abril foi realizada a primeira plenária de terceirizados do Sepe Central, na atual gestão. Algumas dezenas de companheiros de diversos municípios estiveram presentes, relatando os problemas que os atinge. Em comum percebemos que os diversos prefeitos que assumiram não vem fazendo o pagamento dos funcionários que em alguns casos estão a 3 meses sem receber. Foram muitos os relatos da superexploração, da falta de segurança, retirada de direitos entre outros problemas.

O problema da terceirização é antigo, mais vem tomando proporções cada vez maiores, o Sepe se coloca ao lado destes profissionais no que tange a defesa de seus direitos, mas mantém como resolução de congresso a defesa do concurso publico para o preenchimento destas funções.

Foram tiradas varias propostas para discussão do tema, em especial a realização de uma conferencia para o segundo semestre. Para o imediato ficou a proposta de plenárias por núcleo e uma próxima plenária geral aqui no Sepe.

Abriu se um debate que se remete ao congresso, pois levanta a possibilidade da efetivação destes companheiros sem a realização do concurso. Tema polêmico que só poderá ser examinado no próximo Congresso da categoria.

## Funcionários de Escolas: Profissionalização Já

A política educacional em curso no país tem privilegiado a desqualificação do profissional da educação, desde o professor aos diversos cargos administrativos, merendeiras, serventes, agentes de creche e animadores culturais, entre outros, todos temos sofrido com a precarização do nosso trabalho, o adoecimento e os baixos salários.

A nossa luta tem sido árdua para pressionar os governos, pois estes desconhecem que a educação é um processo construído a partir das relações sociais que se estabelecem no interior das unidades escolares, o funcionário não é um mero tarefeiro nas escolas, vivenciamos o cotidiano de desenvolvimento dos alunos, participamos dos seus problemas, compartilhamos as angústias que constituem uma comunidade escolar que precisa enfrentar inúmeras adversidades para continuar garantindo o seu papel de educadora, frente ao descaso do poder público.

O que impera na educação é uma estrutura arcaica que se contrapõe a melhoria da qualidade de ensino, e desvaloriza o servidor. E sem valorização, profissionais adoecem cada vez mais pela sobrecarga de trabalho. Precisamos de: qualificação

profissional e do reconhecimento nas escolas, de um piso de 3.5 salários mínimos, de plano de cargo e carreira, e da participação nos espaços de elaboração e decisão nas unidades em que trabalhamos.

O governo federal, no ultimo período apresentou, e vem implementando, um projeto de profissionalização chamado Pro- Funcionário. Este projeto não atende a nossa demanda, pois é ministrado a distancia, concentra diversas funções em 4 cursos criando na verdade um faz tudo, o funcionário poli valente, além disso é ministrado fora do nosso horário de trabalho para uma pequena parcela da categoria. A nosso ver a profissionalização passa por elencar as funções necessárias ao bom funcionamento das escolas garantindo nos textos dos planos de carreira as nomenclaturas corretas que correspondem ao trabalho que desempenhamos (merendeira que na verdade trabalha como cozinheira, por exemplo), por um piso justo, pela redução da carga horária para 30 horas semanais, e pela garantia e valorização da nossa formação. A busca pela identidade profissional é fundamental para o reconhecimento e valorização do servidor, e do papel que este desempenha como educador.

Esta é uma luta central para o próximo período. Queremos tantos cursos técnicos quantos os necessários, a fim de que todas as funções requeridas para a qualidade das escolas sejam transformadas em profissões, que estes cursos sejam presenciais, e ministrados por instituições públicas. Precisamos esmiuçar esta política, e oferecer a categoria uma identidade profissional que mude a nossa história.

Precisamos nos organizar em torno dessas bandeiras, bradando alto e em bom tom:  
Sou funcionário, e também educo!